



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB  
DIRETORIA DO INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS**

**LULIANE SOUSA DOS SANTOS**

**FAMÍLIA NEGRA, LAÇOS AFETIVOS E EDUCAÇÃO ESCOLAR**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2017**

**LULIANE SOUSA DOS SANTOS**

**FAMÍLIA NEGRA, LAÇOS AFETIVOS E EDUCAÇÃO ESCOLAR**

O Projeto de pesquisa é um dos requisitos exigidos para a conclusão do curso de Bacharel em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Campus dos Malês, São Francisco do Conde. Orientadora: Professora Doutora Cristina Teodoro Trinidad.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2017**

**LULIANE SOUSA DOS SANTOS**

**FAMÍLIA NEGRA, LAÇOS AFETIVOS E EDUCAÇÃO ESCOLAR**

**BANCA EXAMINADORA**

**Profa. Dra. Cristina Teodoro Trinidad (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Profa. Dra. Maria Cláudia Cardoso Ferreira**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Aprovado em 01 de Agosto de 2017.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	6
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	7
2.1	ESTRUTURAS FAMILIARES NO PERÍODO COLONIAL	7
2.2	FAMÍLIA: DO COLONIAL AO INDUSTRIAL	10
2.3	A AFETIVIDADE: ALGUNS ASPECTOS	15
2.4	AS INFLUÊNCIAS FAMILIARES NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO	17
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	19
3.1	GERAL	19
3.2	ESPECÍFICOS	20
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	20
<b>5</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	22
	<b>REFERÊNCIAS</b>	23

## 1 INTRODUÇÃO

Neste projeto pretendo entender a forma como se estruturam as famílias negras e como desenvolvem seus laços de afetos, bem como as estratégias desenvolvidas pela instituição escolar para compreender tais estruturas e estas relações afetivas. Os sujeitos pesquisados serão estudante(s) negros(as) que estarão cursando o ensino médio, na faixa-etária entre 15 e 19 anos e, também, suas respectivas família(s) negras. Os mesmos são residentes na cidade de Simões Filho - BA. Para a identificação dos(as) estudantes, serão utilizados os critérios de classificação étnico-racial, definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Simões Filho é um município brasileiro do estado da Bahia. Sua população estimada em 2013 era de 129.964 habitantes. Originalmente este lugar era parte do Recôncavo, e aparece nos relatos sobre os engenhos de produtores de cana-de-açúcar no século XVII. O município foi intitulado Simões Filho com base na lei 1538, de 7 de novembro de 1961, a partir da emancipação do distrito soteropolitano, Água Comprida. Há relatos que esta emancipação é resultado dos esforços de moradores locais na tentativa de solucionar problemas comunitários, em 1960. Hoje, o nome da cidade homenageia Ernesto Simões Filho, jornalista e político influente no local. Não existem muitos registros que abordem a formação social, econômica e política daquele lugar.

Nascida e criada na cidade, inúmeras foram as composições familiares que tive contato em minha trajetória. Na minha experiência, não era difícil entender que minha avó era tia das filhas das vizinhas ou madrinha. Tia por laços de sangue e mãe, ao mesmo tempo, por consideração. As experiências de trocas, cuidado com o outro, me fez conhecer o afeto da família negra de perto, de dentro, através de cooperação e da solidariedade.

Cursei a educação básica nas escolas públicas da rede municipal e estadual de ensino do município, no entanto, se eram nítidos os laços afetivos que existiam em nossas estruturas familiares, no ambiente escolar, eram desconsiderados. Com isso me pergunto: Por que os laços afetivos e a família negra, não aparecem nos livros escolares e não são temas discutidos em sala de aula?

Transferi para este texto algumas das considerações feitas até o momento, que serão organizadas em quatro partes. Na primeira, tento compreender como eram as estruturas da(s) família(s) negra(s) da sociedade colonial. A opção por iniciar neste período, foi por não ter qualquer tipo de conhecimento sobre a temática porque a minha educação básica não abordou a trajetória da família negra, sendo assim, visando melhor apropriação que as leituras realizadas e o tópico em si, foram elaborados. Foi possível entender as diversas estruturas familiares estabelecidas por laços de sangue, por de laços de parentescos simbólicos e rituais espirituais. Na segunda parte, procuramos apreender a família, a partir da transição da sociedade colonial para a sociedade industrial, quando se iniciou a discussão sobre um ideal de nação. Neste período, a família negra é colocada em oposição a família patriarcal, pensada no contexto da miscigenação, eram tidas como desestruturadas.

Na terceira parte do texto, buscou-se compreender a afetividade no âmbito familiar, a partir das abordagens e dos conceitos de afetividade, sendo esse o principal objetivo deste projeto, ou seja, a construção do sujeito e a importância do domínio afetivo, considerando que, segundo as leituras, a inteligência e a dimensão afetiva, são inseparáveis. Por fim, na quarta parte, aparecem as influências familiares no processo de escolarização. As famílias negras e de classes populares têm sido acusadas como responsáveis pelo insucesso das crianças, em relação ao processo de ensino-aprendizagem. O ambiente escolar aparece permeado de preconceito e racismo, os alunos pobres, e de origem negra, são marginalizados e isso impacta diretamente em seus comportamentos, sobretudo em relação à sua participação em sala de aula, os mesmos desenvolvem comportamentos de timidez e dificuldades, principalmente, para a aprendizagem.

Considero que é necessário um olhar cauteloso, por parte da escola, sobre as famílias negras, é preciso considerar suas riquezas e falar acerca de suas distintas formas de se estruturar, além das maneiras como foram construindo, ao longo do tempo, seus laços de afeto. Na maior parte das vezes, as estruturas familiares, do meu ponto de vista, são sólidas e, por isso, não podem ser desconsideradas no ambiente escolar.

## 2 JUSTIFICATIVA

### 2.1 ESTRUTURAS FAMILIARES NO PERÍODO COLONIAL

Para entender as estruturas das famílias negras no período colonial brasileiro, é necessário levar em conta as transformações sociais, políticas e econômicas do período. Estes fatores influenciaram fortemente na construção de laços de afetividade, já que, de acordo com pesquisadores do período, eles – os laços – podiam ser percebidos/estabelecidos nas relações de parentescos instituídas de forma simbólicas ou constituídas nos rituais. Tanto uma quanto a outra, resultavam, normalmente, em redes de apoio e de solidariedade. De acordo com Reis (2007, p. 24) estas relações eram formadas por meio das relações de compadrio, das “famílias de santo” e irmandades católicas de negros (instituições frequentemente organizadas seguindo a lógica da filiação étnica) e dos “parentescos”, forjados entre aqueles que atravessaram juntos a terrível passagem através do Atlântico.

Seguindo, a autora também argumenta que naquele período muitos foram os indivíduos pertencentes as famílias que vivenciaram as agruras da dualidade liberdade-cativeiro, pois, já existiam muitas uniões consensuais ou legítimas com pessoas livres ou libertas, assim, muitos escravizados tinham filhos já alforriados ou nascidos depois da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre). A título de exemplo,

Podemos recordar aqui as fugas empreendidas por cativos “casados”, “amásios”, mulheres escravizadas que fugiram grávidas, “pejadas”, “às vésperas de parir” ou levando consigo um, dois, ou mais filhos, muitas vezes ainda pequenos. Não foram raros os cativos fugidos, encontrados anos depois, vivendo como se fossem livres, pois estrategicamente trocavam de nome, procuravam ocupação, arranjavam parceiros que podiam ser também fugitivos, libertos ou até mesmo pessoas livres, ou seja, muitos fujões tinham filhos, constituíam famílias e acabavam por ampliar os seus vínculos e meios de solidariedade. (REIS, 2007, p. 274).

Sobre as relações formadas por meio de compadrio Freire (2012), em seus estudos sobre famílias de cativos no período oitocentista em Minas Gerais, relata que esses laços - de compadrio - se estabeleciam nas relações das famílias cativas daquele momento e eram construídas dentro da igreja católica, se expandindo para a sociedade, em forma de parentesco espiritual. Em relação a isso, o autor argumenta

que para além do significado católico, os laços estabelecidos pelos cativos e seus padrinhos, extrapolavam o espaço da Igreja.

O batismo cristão se mostrou, no âmbito da sociedade brasileira, uma instituição forte e almejada por todos os estratos da população. Para os cativos, não foi diferente. Aqueles indivíduos buscaram esse sacramento e estabeleceram com isso relações de solidariedade e reciprocidade, que se consubstanciaram por meio do compadrio (parentesco espiritual). (p. 34)

Para Stuart Schwartz, citada por Freire (2012):

[...] no ato ritual do batismo e no parentesco religiosamente sancionado do compadrio, que acompanha esse sacramento, temos uma oportunidade de ver a definição mais ampla de parentesco no contexto dessa sociedade católica escravocrata e de testemunhar as estratégias de escravos e senhores, dentro das fronteiras culturais determinadas por esse relacionamento espiritual. (FREIRE, 2012, p. 34 apud STUART SCHWARTZ, 1989)

Além da dimensão social, fora da estrutura da Igreja, esses laços eram utilizados para reforçar o parentesco existente e solidificá-lo nas relações das pessoas da mesma classe social ou estabelecer relações verticais, ou seja, entre indivíduos de classes desiguais. Segundo Freire (2012), a relação de compadrio também era a consecução de um laço de aliança entre os pais de uma criança e seus padrinhos, onde os mesmos podiam ser construídos como amparo em situações meramente utilitárias, o que acabava a reforçar a escravidão.

Vários estudos acerca desse tema, embora com métodos, perguntas e inquietações diferentes indicam alguns padrões que caracterizavam o batismo de escravos no Brasil e a formação de laços de parentesco espiritual (compadrio). Os cativos do Brasil, de acordo com a condição social a que estavam submetidos, estabeleceram várias opções de compadrio. Era comum pensar-se, mediante um enfoque “funcionalista”, que os escravos tenderam a ter como padrinhos ou compadres seus próprios senhores, estratégia clara para a obtenção de benefícios ou regalias futuras. Assim, ao invés de gerar laços de solidariedade entre os cativos, o compadrio tinha uma relação meramente utilitária e reforçava a instituição da escravidão. (FREIRE, 2012, p. 34-35).

É possível compreender até este ponto, que as famílias escravizadas superavam seus “núcleos primários” familiares, ou seja, aqueles que articulavam duas gerações e que os “núcleos” se ampliavam com base nos vínculos de sangue e no ritual, já que, essas relações não se limitavam a qualquer unidade domiciliar ou consanguínea. Segundo Freire (2012), essa ligação “podia atravessar as divisões

legais da condição de escravos, por meio das relações entre pessoas livres, cativas e libertas”.

Em outra linha de raciocínio, Isabel Reis (2007) coloca que a lógica compreendida da “família patriarcal” (que será abordada posteriormente) foi extremamente importante para os cativos no decorrer da escravidão, já que, naquele momento, quando era fundamental manter e estabelecer redes de apoio e de amparo entre si, nos momentos mais difíceis, era essencial esta forma de pensar a família, principalmente, para aqueles que adoeciam, ficavam inválidos e para os que conseguiam atingir a velhice.

Como exemplo, para compreender o dito, Freire (2012) cita os estudos de Cristiany Rocha (2004, p. 57), em que a mesma nos traz o interessante questionamento sobre a quebra dos laços familiares antes e após a Lei de 28 de Setembro de 1871, que proibiu a separação de casais, ou de pais e seus filhos menores de 12 anos. Em seus estudos sobre as diversas partilhas realizadas no século XIX, a autora chega à seguinte conclusão:

Portanto, ao que parece, muito antes da lei de 1871 proibir a separação de casais e de pais e filhos menores de 12 anos (em qualquer tipo de transmissão de propriedade) [Lei de 15 de setembro de 1869], a prática entre os senhores de escravos de Campinas já era a de preservar esses núcleos familiares nas partilhas, sobretudo os casais. Assim, podemos considerar que aquela lei veio formalizar uma prática já existente desde a primeira metade dos Oitocentos. (FREIRE, 2012 apud ROCHA, 2004, p.57).

Para Freire (2012), “o ato da partilha de bens de um proprietário, sem dívida era um dos momentos que causava expectativas e tensões nas famílias dos escravos. A possibilidade do rompimento dos laços de sangue e espirituais, era constante e chegava ao extremo quando os cativos vivenciavam “[...] com aquilo que todos eles temiam muito: a venda para um dono novo e desconhecido.” (FREIRE, 2012, p. 48) Já, Rômulo Andrade Garcia citado por Freire (2012), em seus estudos sobre a comunidade escrava de Juiz de Fora, no século XIX, entre os variados aspectos preocupou-se com questão da utilização da família escrava enquanto mercadoria, mostrando que a comercialização era pouco expressiva e respondia de forma exclusiva aos interesses dos senhores, não havendo respeito aos laços dos cativos.

Ao mesmo tempo que a lei contribuía para a unidade familiar, era possível localizar negociações de famílias destituídas de seus membros:

[...] No momento em que a lei favorecia a unidade familiar, ainda assim o que vimos foi um número significativo de casais negociados sem os filhos e de filhos negociados sem os pais. (FREIRE, 2012 apud GARCIA, 1995, p. 365-66)

O que é possível compreender em relação as estruturas familiares e as formas de parentesco no período colonial é que tanto os cativos quanto os libertos foram impactados pelas mudanças sociais, políticas e econômicas e entre estas transformações, os escravizados desenvolveram várias estratégias para o estabelecimento de vínculos, sejam eles espirituais e simbólicos, além da ligação de consanguinidade.

O que nos parece, e isso poderá ser verificado com o desenvolvimento da pesquisa, é que as famílias negras na atualidade, como resultado das muitas formas e estratégias para assegurar suas composições, desde o período colonial, continuam a ser constituídas, partido destas mesmas lógicas, ou seja, com formas específicas, com laços de afetos e estruturas próprias, que na maior parte das vezes, são tidas como desestruturadas.

## 2.2 FAMÍLIA: DO COLONIAL AO INDUSTRIAL

Segundo Castilho (2008) “No final do século XX as famílias brasileiras começaram a serem estudadas e construídas dentro do debate sobre a nacionalidade brasileira, onde se buscava estabelecer um ideal de nação. De acordo com Gomes e Gebara (2011), os estudos que abordam a transição do período colonial para a sociedade industrial, quando se trata da família brasileira, a intenção tem sido sempre a de mostrar, em quase sua totalidade, que a família branca foi salva, pois pode permanecer como uma família dita organizada a partir dos moldes patriarcal, ou seja, constituída por pai, mãe e seus filhos, já, a família negra, é apresentada como impossível de se definir um perfil. Para Florestan Fernandes (1964), citado por Castilho (2008),

as duras condições da escravidão, o esforço dos senhores de “tolher e solapar todas as formas de união ou de solidariedade dos escravizados”, não apenas tornaram os grupos de parentescos extremamente instáveis, como também destruíram as normas familiares dos cativos, deixando-os sem regras, em estado completo de anomia social, “perdidos uns para com os outros”. Para o autor, mesmo após a escravidão, o negro não conseguiu disciplinar seu comportamento moral e sexual e por extensão, o familiar. ( p. 130).

Gebara e Gomes (2011, p. 126), coloca que, com a publicação da obra *Casa Grande & Senzala*, de 1933, de Gilberto Freyre, foi desenhado um padrão familiar brasileiro que repercutiu e foi abraçado pela academia e que influencia o pensamento da sociedade, ainda na atualidade. O autor Gilberto Freire, revelou aos brasileiros uma norma única de família - patriarcal -, cujo centro é o pai, ligado a ideia de poder enquanto senhor e chefe com seus filhos. Neste campo de centro conjugal, depara-se com um alicerce de extrema hierarquia, composta por empregados, amas, bastardos, escravizados e outros dependentes.

Romanticamente Freyre desenhou a relação de família patriarcal com o escravizado: O trânsito do patriarca e seus filhos pela senzala, e de alguns negros, sobretudo negras, pela casa grande, demonstraria a abertura de contato com dos brancos em relação aos negros (democracia racial), mesmo tempo em que o poder de mando do senhor branco sobre a escravizada a fazia deleitar promiscuamente nos seus braços, fazendo assim nascer à família brasileira, fruto da miscigenação. (CASTILHO, 2008, p. 127).

Seguindo a argumentação travada pelas autoras Gebara e Gomes (2011), onde as autoras relatam que estudiosos como os historiadores, sociólogos e antropólogos brasileiros destacaram e continuam a destacar a importância da “família patriarcal”, tal como identificada por Freyre (1980) em “ Casa Grande e Senzala” e em “ Sobrados e Mocambos”(1951), partindo de uma estruturação e de um modelo familiar que se mostrou presente na sociedade colonial, no período da Independência, da República e é perceptível na contemporaneidade, sendo que seu efeito funciona como imposição e instauração de referência familiar. Para elas, já no período contemporâneo,

[...] a desestruturação da família negra como consequência da escravidão e de sua condição de classe parte sem discussão, da existência de um modelo de família supostamente ideal e correto: o patriarcal. Em sua concepção a família negra se apresenta como um problema ou desafio para a sociedade. Embora reconhecendo o grande valor das obras de Florestan (1964), ele nos faz refletir sobre as concepções estereotipadas que perduram na atualidade

sobre as famílias negra como desestruturadas, menos capazes e frágeis. (p.128).

No entanto, ressaltam que entre as décadas de 1950 e 1970, tais posicionamentos sofreram fortes críticas por parte dos sociólogos da escola Paulista de Sociologia, denunciando a intenção comercial e agressiva das relações sociais sob o cativo, desmascarando a temática da democracia racial. Os estudiosos apontaram que as perversas situações de escravidão, onde os senhores não mediam esforços para tolher e solapar os vínculos de união e de solidariedade dos escravos, resultava na instabilidade, na destruição de diretrizes familiares dos cativos e, conseqüentemente, em estado total de desordem social.

Por outro lado, Eni Mesquita Samara (1987) e Mariza Correa (1982), citados pelas mesmas autoras, destacaram os diversos arranjos e modelos em todo contexto histórico colonial e moderno, fragilizando, assim, o pensamento de uma família monolítica Gilbertiana.

Na tentativa de chamar a atenção para os modelos plurais de família presentes no pensamento social brasileiro entendemos que o mesmo se revela a partir de convergências e divergências sobre a formação social e a estrutura da família nas diversas regiões brasileiras. Às vezes encontram-se teses opostas para uma mesma região, derivadas de estudos de fontes semelhantes, mas é a perspectiva da diversidade que se apresenta contrariando uma versão que insiste no modelo de família patriarcal. (GEBARA e GOMES, 2011 p. 127).

Em relação a atualidade, continuam Gebara e Gomes, (2011, p. 128), os estudos históricos gerados a partir da década de 1980, procuraram rever a temática - família negra. Com base em novas fontes de origem demográfica, contestam pontualmente a visão da vida sexual da família escrava como uma “vasta promiscuidade primitiva”, como desordem cultural bem como, a falta de capacidade do negro estruturar famílias consideradas estáveis. Para elas, estes estudos implicam diretamente nas políticas, tanto na discussão sobre o escravismo quanto no entendimento da formação da família negra na sociedade brasileira.

Existe pouca produção de estudos que retratam a família negra contemporânea, trabalhos existentes, em sua maioria, são de origem antropológica, que tentam entender a estrutura familiar comparada a das famílias brancas. As estudiosas, já mencionadas, exemplificam com Barbosa (1983), afirmando que mesmo a autora

tendo procurado fugir da análise que caracteriza a desorganização da família negra, acaba caindo na dicotomia entre organização e desorganização.

Ainda há um silenciamento em relação às pesquisas sobre família negra. Marcelin (1996), de acordo com o estudo que estamos apresentando, identifica um provocante silêncio por parte da produção científica no que diz respeito a família negra contemporânea no Brasil. Para ela, é uma raridade as literaturas que retratam essas famílias. Ao constatar esse fato, se defrontou com as seguintes justificativas acadêmicas:

[...] a vida familiar dos negros não foi pensada porque o contexto das relações interraciais no Brasil, resultante da miscigenação, produziu uma realidade decididamente diferente em relação a outros países como os EUA do Norte, por exemplo. Questiona-se ainda o que seria a família negra no Brasil. Ela teria um formato diferente das classes trabalhadoras ou operárias? ( p. 128-129).

O que é perceptível é que o silenciamento sobre as famílias negras resulta do mito da democracia racial, justificado na ideia da miscigenação em sua totalidade, sendo, mais um dos frutos do racismo no Brasil. É possível concluir, acompanhando o raciocínio das pesquisadoras apresentadas, que esses relatos, em um processo de universalização e de forma geral, reduziram a discussão sobre família negra em debates sobre classes populares, como se fosse possível tirar o negro marginalmente de sua condição étnica, ou como a condição de classe esgotasse a condição étnica de todo seu significado. “Embora os fatores econômicos exerçam uma influência decisiva e incontestável no estudos de famílias, eles são insuficientes para qualquer que seja a sociedade”. (Gebara e Gomes, 2011 P. 129)

Castilho (2008, p. 136), sobre este aspecto, coloca que a família negra não é tida como formada e quando é, está relacionada diretamente a família patriarcal da qual ela extrai sua existência e sem à qual ela não divide nenhuma particularidade. Colocada e retida no interior das classes populares, ela é apontada como incapaz de produção cultural, de habitar num mundo simbólico e gerar a vida de modo próprio. No entanto, para ela

“Quanto mais os integrantes de uma casa conseguirem aglutinar cooperação em torno de si, maior será sua rede familiar, conseqüentemente maior o sentimento de reconhecimento, de “bem quisto” e de prestígio. Os

parentes biológicos mais distantes, assim como um agente de fora, podem fazer parte da família, ou seja, aproximar, desde que entrem no circuito de troca, de consideração e solidariedade”. ( p. 140).

Sendo assim, é possível compreender a partir do exemplo abaixo que “Dessa forma existem redes de famílias pequenas e grandes, com mais e menos influências,

“As solidariedades praticadas entres as famílias incluem principalmente divisão ou troca de alimentos, roupas, empréstimos de ferramentas, de sementes para plantio, dinheiro, ajudam-se nas reformas ou construção das casas, nos cuidados com as crianças; na produção das festas etc. A unidade de produção é familiar conjugal, porém, vez ou outra, a família extensa é convocada para o mutirão na colheita, na produção de farinha de mandioca, na matança de uma criação maior, para a construção de uma casa, para roçado ou outro trabalho mais pesado”. (CASTILHO, 2008, p. 143).

A título de encaminhamento para as possíveis conclusões, podemos entender que tanto na sociedade colonial quanto na contemporânea, se encontram várias estruturas familiares, estas, muitas vezes, são apresentadas a partir da dualidade de estruturadas e não estruturadas. Para Gebara e Gomes (2011), por exemplo, considerando as pesquisas com famílias, evidenciam-se resultados daquelas que são monoparentais, de camadas populares, prioritariamente da classe D, representadas por mulheres negras, trazendo assim, elementos dessas múltiplas estruturas presentes no século XXI.

Quanto às mudanças na família, no século XXI, chamam a atenção as intensas alterações nas características de sua composição e organização. Atualmente, as famílias são formadas por diversas formas de organização, há mães solteiras com seus filhos; pais com filhos adotivos; famílias formadas por casais que já tiveram outros casamentos com filhos e decidiram ter outros filhos; famílias formadas por um casal e um “animal de estimação”, núcleos familiares formados por casais homossexuais, e, também, se questiona se podemos considerar família o(a) solteiro(a) adulto(a) que vive sozinho(a). ( p. 124).

Pode-se declarar que as transformações ocorridas nas famílias, no interior e exterior de suas casas, alcançaram todos os segmentos sociais. E se tratando de família, não é fácil afirmar de onde, e como foram influenciadas. Mudaram as relações de trabalho, o poder aquisitivo, as crenças na ciência e na legislação. Cada transformação tem sua responsabilidade parcial no formato das famílias no século XXI, porém, é incontestável que “as mulheres, de forma autônoma ou organizadas no movimento feminista, de mulheres, mulheres negras, LGBT foram as principais

protagonistas das mudanças nas últimas décadas do século XX”. (Gebara e Lino Gomes, 2011, P. 125-126).

### 2.3 A AFETIVIDADE: ALGUNS ASPECTOS

Este tópico tem como objetivo compreender o conceito de afetividade, para entender como ela se processa nas relações de famílias negra. Para Monte-Serrat (2007, p.37-38), a afetividade, segundo o dicionário de filosofia (Abbagnano),

Entende-se com esse termo, no uso comum, as emoções positivas que se referem a pessoas e que não têm o caráter dominante e totalitário da paixão. Enquanto as emoções podem se referir tanto a pessoas quanto a coisas, fatos ou situações, os afetos constituem a classe restrita de emoções que acompanham algumas relações interpessoais, limitando-se à tonalidade indicada pelo adjetivo “afetuoso”, e que, por isso, exclui o caráter exclusivista e dominante da paixão. Esta palavra designa o conjunto de atos ou atitudes como a bondade, a benevolência, a inclinação, a devoção, a proteção, o apego, a gratidão, a ternura, etc., que, no seu todo, podem ser caracterizados como a situação em que uma pessoa ou em que esta responde, positivamente, aos cuidados ou à preocupação de que foi objeto. (Pereira, Woiciechoski & Tijiboy, 2009 apud Monte-Serrat, 2007, p.37-38).

Já, Mahoney e Almeida (2005, p.19), ao trabalhar com a concepção sobre a afetividade desenvolvida pelo psicólogo de desenvolvimento Wallon, diz que afetividade refere-se à capacidade, à disposição do ser humano de ser afetado pelo mundo externo/interno, por sensações ligadas a tonalidades agradáveis e desagradáveis, em que ser afetado é “reagir com atividades externas/internas que a situação desperta”. (Mattos, 2008, apud Dell’Agli e Brenelli, 2006, p.32).

Ainda, para Pereira, Woiciechoski & Tijiboy (2009), a afetividade faz parte do ser humano sendo a base para seu desenvolvimento e são reações emocionais que influenciam nosso comportamento e o processo de ensino/aprendizagem. Ainda Monte-Serrat (2007) traz que, a emoção é responsável pela organização do nosso comportamento. Através da emoção, se manifesta a afetividade.

Mahoney e Almeida (2004), nos mostra que os estudos sobre a emoção foram considerados marginais, supérfluos, não científicos durante muito tempo, porém, sofrem uma mudança de interesse a partir da década de 1970, quando surgem estudos teóricos e empíricos, aceitando os estados internos como explicativas do

comportamento humano. Nesse sentido que, para Wallon, de acordo com as autoras, o conceito de emoção diz que:

é a exteriorização da afetividade, ou seja é a sua expressão corporal, motora. A emoção aparece desde o início da vida com os espasmos do recém-nascido causando bem estar ou mal estar. “A emoção é determinante na evolução mental: A criança responde a estímulos musculares, viscerais e externos”. As emoções são desordens fisiológicas cuja finalidade é amotinar as disposições e capacidades do indivíduo. ( p. 111-130)

As emoções influenciam e diversificam o comportamento, portanto, quando “as palavras são ditas com sentimentos, agem sobre o indivíduo de forma diferente de quando isso não acontece”. As emoções, continuam as autoras, podem ser divididas em dois grupos: um relacionado a sentimentos positivos (força, satisfação etc.) e outros negativos (depressão, sofrimentos, etc.). O sentimento de prazer ou desprazer e as emoções relacionadas a vivência, tem um caráter ativo, servindo como organizador interno das reações, estimulando ou inibindo-as.

Segundo Mahoney & Almeida (2004 p.18), o domínio afetivo “é indispensável para energizar e dar direção ao ato motor e ao cognitivo. Assim, como o ato motor é indispensável para a expressão do afetivo, o cognitivo é indispensável na avaliação das situações que estimularão emoções e sentimentos”. (Mattos, 2008, p. 52). Para elas, a dimensão afetiva tem importância significativa para construção da pessoa e do conhecimento. Nesse sentido, Mattos (2008) exemplifica:

A afetividade e a inteligência são inseparáveis na evolução psíquica. O aspecto cognitivo e afetivo ocorre entre oposição e complementaridade, em que, dependendo da atividade, há a preponderância do afetivo ou do cognitivo, o que não exclui um em relação ao outro, porém ocorrem alternâncias em que um mergulha para que o outro possa emergir. (2008, p. 53).

Para Vygotsky, também psicólogo da área do desenvolvimento e do processo de ensino-aprendizagem, o sujeito se constitui a partir de relações intrapessoais, (plano individual interno) e interpessoais (plano social). O autor destaca as contribuições da cultura, da interação social e a dimensão histórica do desenvolvimento mental. Vygotsky (1993, p. 25), trata esse assunto dizendo que separar tais dimensões é como não ver o ser humano completo, alertando para as repercussões desse enfoque que considera equivocado:

Quem separa desde o começo o pensamento do afeto fecha para sempre a possibilidade de explicar as causas do pensamento porque uma análise determinista pressupõe descobrir os motivos, a necessidade e interesses, os impulsos e tendências que regem o movimento do pensamento em um outro sentido. De igual modo, quem separa o pensamento do afeto nega de antemão a possibilidade de estudar a influência inversa do pensamento no plano afetivo. (Pereira, Woiciechoski & Tijiboy, 2009)

Pensando na dimensão educativa, para Piaget, de acordo com Mello (2004), “afetividade seria a energia, o que move a ação, enquanto a razão seria o que possibilitaria ao sujeito identificar desejos, sentimentos variados e obter êxito nas ações”. Nesse sentido, afetividade é vista como mola propulsora do agir e do reagir, ela possibilita descoberta e a busca dos resultados para situações propostas. Assim, a razão está a serviço da afetividade “Não dá para ensinar pensando apenas na cabeça do aluno, pois o coração também é importante”. ( p. 18).

O processo educativo, de acordo com Mattos (2008) ao citar Werneck (1997 p. 205), precisa ter o objetivo de levar o educando a desenvolver a compreensão, a experiência e a utilização do seu potencial emocional de maneira equilibrada e positiva. Desta maneira, o educador necessita reconhecer a diferença no outro, sua forma de se comunicar, suas diferentes linguagens, aprender a escutar e perceber suas possibilidades e necessidades. “Necessita proporcionar ao educando conhecimento de si mesmo, na tentativa de provocar a busca da autoconfiança, do engajamento e da motivação necessárias à aprendizagem significativa”. (2008)

De acordo com o autor é preciso, ainda, que o educador não atribua as dificuldades ou fracassos dos aluno a ele próprio ou a sua família e deixe de considerar a escola ou a sua história educacional, é importante entender as reais necessidades do educando, visando modificar situações de ensino e de aprendizagem, as quais podem prejudicar o sucesso do mesmo.

#### 2.4 AS INFLUÊNCIAS FAMILIARES NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

A relação entre família e escola, de acordo com Martins (2013 p. 58), vem se constituindo como objeto de muitos estudos. Temas como os fatores que podem ser determinantes do sucesso e do insucesso escolar, ou como a família pode contribuir para a longevidade da criança na escola, estão presentes em pesquisas sobre a

temática. De acordo com a pesquisadora, ao citar Patto (1999), as famílias de classes populares historicamente têm sido vistas pela escola como as responsáveis pelo insucesso das crianças nas questões ensino/aprendizagem. Para ela,

Na tentativa de se eximir da culpa com relação ao seu fracasso em sua função de educar, a escola desenvolve preconceitos que atingem a classe trabalhadora, principalmente com relação as famílias pobres e negras, marginalizando suas crianças e depositando nelas toda a sorte de distúrbios. O rótulo de “família desestruturada” faz com que essas famílias, por terem diferentes formas de constituição e, basicamente, por não terem um capital cultural respeitado pela classe privilegiada, sejam vistas pela escola e sociedade como as responsáveis pelo insucesso de seus filhos. (Martins, 2013 p. 59).

A autora continua argumentando que o preconceito em relação as famílias negras, vai além daquele que se destina as famílias brancas e pobres, já que, as famílias negras são apontadas como mais instáveis do que as famílias brancas de classe baixa. Para ela, os lares desfeitos são mais comuns entre famílias negras do que entre famílias brancas, com pais mais ausentes e um ambiente familiar nem sempre “positivo” para educação das crianças.

De forma geral, os autores apresentam a família negra de maneira estereotipada, sem apontar as relações construídas em uma sociedade capitalista em que as desigualdades sociais e raciais colocam alguns grupos familiares como parte das estatísticas negativas. Os estudos não apontam que o negro, em sua trajetória histórica, foi vitimizado pelos processos sociais, políticos e econômicos excludentes. “As famílias negras e pobres passam a ser vistas pela negatividade, falta ou carência, descartando a historicidade e as determinações econômicas e políticas que compõe suas particularidades.” ( p.59).

De acordo com Moysés e Collares, “o cotidiano escolar é permeado de preconceitos, juízos prévios sobre os alunos e suas famílias, que independem e não são abalados por qualquer evidência empírica que os refute racionalmente”.

Esse cotidiano é vivenciado em sala de aula e no ambiente escolar, prejudicando a aprendizagem do educando. Um educador que venha imbuído pelo espírito de que tal educando é “assim ou assado”, já o vê com outros olhos. Essas opiniões, apreciações prévias, passadas entre os educadores distorcem a realidade e podem provocar a exclusão do educando do sistema educativo. São pré-conceitos impregnados no imaginário coletivo e pessoal escolar. (1993, p.13)

Geralmente, o alunado pobre e de origem negra costumam ser os mais marginalizados pela sociedade, sendo assim, as possíveis “vítimas” do racismo e preconceito, ainda que seja de forma indireta ou inconsciente, por parte da comunidade escolar. É este tipo de experiência racista que pode, em certa medida, marcar a trajetória escolar de muitos alunos que são etiquetados por supostas “limitações” que são atribuídas a uma procedência social, cultural ou étnica, como afirma Munanga “de outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas” (André, 2011, Apud Munanga, 2004).

Para Cavalleiro (2000), por exemplo, a existência do racismo no cotidiano escolar produz como consequência nos alunos negros a auto-rejeição, timidez, pouca participação em sala de aula, dificuldades no processo de aprendizagem, falta de estímulo para frequentar as aulas, o que termina por acarretar evasão escolar. (André, 2011, p37). Sendo assim, ainda que pareça “incoerente” numa primeira proposição, a afetividade pode se apresentar como uma grande ferramenta no combate ao racismo vivido em muitas escolas. A **Des-afetividade**, termo empregado por André, está caracterizada pela falta de cordialidade, consideração, interesse, atenção e muitas vezes falta de respeito, experimentados por tantos alunos e alunas negros e negras, no cotidiano escolar. (André, 2011, p. 34).

### 3 OBJETIVOS

#### 3.1 GERAL

Compreender a forma como se estruturam as famílias negras e como desenvolvem seus laços de afetos, bem como as estratégias desenvolvidas pela instituição escolar, para compreender tais estruturas e estas relações afetivas, visando o desenvolvimento pleno no ensino-aprendizagem de jovens advindos de famílias negras.

### 3.2 ESPECÍFICOS

- ✓ Verificar, nas falas dos jovens, que frequentam escolas no Município de Simões Filho, como percebem as constituições familiares ao longo do tempo e as distintas formas de construção de afetos;
- ✓ Identificar, no seio da família negra, quais as atitudes e momentos em que a questão da afetividade tem maior visibilidade e como elas são compreendidas e explicitadas;
- ✓ Identificar, como a instituição escolar, situada no Município de Simões Filho, trata as questões relacionadas às estruturas familiares de jovens negros(as) e as suas relações de afeto construídas no seio da família e explicitadas no contexto escolar.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização da pesquisa, será utilizada a metodologia de caráter qualitativo. Na pesquisa qualitativa, “[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (Gerhardt e Silveira, p.31). Para os autores, na pesquisa qualitativa o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto, sendo o desenvolvimento da pesquisa imprevisível e o conhecimento do pesquisador, parcial e limitado. A pesquisa contemplará uma etapa exploratória afim de selecionar a escola, os alunos e as famílias, no município de Simões Filho – Ba.

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). (Silveira & Gerhardt, 2009, p. 35 apud GIL, 2007)

As famílias serão selecionadas, seguindo as categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) no que confere a auto-identificação,

Nos registros de nascimentos ou de óbitos, por exemplo, a cor dos sujeitos classificados é sempre definida por heteroatribuição, por motivos óbvios. Em cadastros nos quais o próprio interessado é o responsável pelo fornecimento da informação, a raça é normalmente definida por auto-atribuição. (Osorio, 2003, p. 12)

Em relação às técnicas que serão empregadas, ou seja, os recursos utilizados para alcançar os objetivos, destacamos a entrevista e o grupo focal, e, ainda, a análise documental. Trad (2009, p. 780) aprimora sua análise, com base nos conceitos de Morgan (1997) e Kitzinger (2000)

Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. Para Kitzinger (2000), o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços.

Também, fará parte do processo de coleta de dados, a realização de entrevistas semiestruturadas. Álvaro Francisco de Britto Júnior & Nazir Feres Júnior citam RICHARDSON (1999), que traz o conceito de entrevista:

O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas. (2007 p. 239)

Para Belei, Paschoal, Nascimento & Matsumoto (2008), ao citarem Manzini (2004) explicam que existem três tipos de entrevistas: estruturada, semiestruturada e não-estruturada. Entende-se por semiestruturada a direcionada por um roteiro previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas (p.189).

Ainda, será utilizada a análise documental. Prodanov e Freitas (2013) ao se fundamentarem no pensamento de Gil (2008) explicam que “a pesquisa documental baseia-se em matérias que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa” (p. 55). O objetivo aqui será compreender, a partir de registros realizados pela instituição escolar, como por exemplo, atas de conselho, diários de ocorrências, quais são as justificativas que

se relacionam às estruturas familiares as questões de relações de afetos, objetivos deste projetos.

Para aprimorar a coleta de dados, serão utilizados alguns recursos tecnológicos com a finalidade de registrar e recolher o máximo de informações possíveis. Câmeras fotográficas, filmadoras, celulares, gravadores, microfones e notebook, são alguns exemplos de equipamentos, que podem ser utilizados. O uso dos instrumentos será aplicado com o consentimento dos integrantes do grupo, assegurando, assim uma concepção mais dialógica e ética.

## 5 CRONOGRAMA

ETAPAS	ANO					
	2017	2018	2019			
	1º sem/2º sem.	1º sem/2º sem	1º sem/2º sem.			
1. Ajustes do projeto de Pesquisa	x	x	x	x		
2. Elaboração do instrumento de pesquisa			x	x		
3. Coleta de dados			x	x		
4. Análise e discussão dos dados				x	x	
5. Elaboração do relatório para de pesquisa					x	
7. Redação final do TCC						x
8. Defesa						x

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Bianka Pires. Racismo e des-afetividade no cotidiano escolar. *Agenda Social, Norte Fluminense*, v. 5, p.30-41, dez. 2011. Semestral.
- BRITTO JÚNIOR, Prof. Álvaro Francisco de; FERES JÚNIOR, Prof. Nazir. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência, Araxá/mg*, v. 7, n. 7, p.237-250, maio 2011. Anual.
- CASTILHO, Suely Dulce de. *CULTURAS, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE NEGRA RURAL DE MATA-CAVALO - MT*. 2008. 295 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, PUC/SP, São Paulo, 2008.
- FREIRE, Jonis. Família, parentesco espiritual e estabilidade familiar entre cativos pertencentes a grandes posses de Minas Gerais século XIX. *Afro-Ásia*, [s.l.], n. 46, p.9-59, 2012.
- GEBARA, Tânia Aretuza Ambrizi; GOMES, Nilma Lino. GÊNERO, FAMÍLIA E RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS: UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS ELABORADAS POR MULHERES NEGRAS E BRANCAS PROVIDORAS NAS RELAÇÕES QUE ESTABELECEM COM A EDUCAÇÃO DE SEUS FILHOS (AS). *Revista Fórum Identidades, Itabaina*, p.116-133, dez. 2011. Quadrimestral.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.
- GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra Regina et al. O uso de entrevista, observação e vídeo-gravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Educação, Pelotas*, v. /, n. 30, p.187-199, jun. 2008. Quadrimestral.
- LERVOLINO, Solange Abrocesi; PELICIONI, Maria Cecilia Focesi. A UTILIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL COMO METODOLOGIA QUALITATIVA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE. *Rev.esc.enf. Usp, São Paulo*, p.115-121, jun. 2001.
- MARTINS, Edna; GERALDO, Aparecida das Graças et al. A Influência da Família no Processo de Escolarização e Superação do Preconceito Racial: um estudo com universitários negros. *Psicologia Política, São Paulo*, v. 13, n. 26, p.55-73, abr. 2013. Quadrimestral.
- MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. *A AFETIVIDADE COMO FATOR DE INCLUSÃO ESCOLAR*. Teias, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p.50-59, dez. 2008.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *O SISTEMA CLASSIFICATÓRIO DE "COR OU RAÇA" DO IBGE*. 996. ed. Brasília: Texto Para Discussão, 2003. 53 p. IPEA.
- PIMENTEL, Alessandra. *O MÉTODO DA ANÁLISE DOCUMENTAL: SEU USO NUMA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA*. *Cadernos de Pesquisa, Londrina Pr*, v. /, n. 114, p.179-195, nov. 2001.
- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A FAMÍLIA NEGRA ~TEMPO DA ESCRAVIDÃO: BAHIA,1850-1888*. 2007. 305 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

TIJIBOY, Ana Vilma et al. INTERAÇÃO COM AFETO: APRENDIZAGEM EM AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM. *Renote*, Rio Grande do Sul, v. 7, p.01-10, 01 jul. 2009. Semestral.